

# Elonema - Brasil Para Dirceu, não há euforia com a queda do dólar e do risco-país

Flavia Bohone/InvestNews  
de São Paulo

O governo é realista e não há euforia em relação aos efeitos mais recentes da política econômica, como a redução da taxa de câmbio e do risco-país, afirmou ontem o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, ao participar do evento "Os 100 dias do governo Lula", promovido pela revista Exame. "Existe otimismo porque o presidente Lula é otimista por natureza e tem muita esperança. Nós temos muita experiência política, uma vivência de muitas derrotas e decepções. Temos sonhos, mas temos os pés bem colados no chão", disse, e completou: "Então, não há risco, o governo sabe que precisa aprovar as reformas".

O comentário foi feito em resposta à afirmação do ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, de que uma eventual euforia com os resultados da política econômica podem prejudicar a adoção de medidas para o futuro.

"Espero que o otimismo do curto prazo não faça com que o governo perca a noção de que essa política leva à situação de crise", disse Mendonça de Barros. Segundo ele, o governo "tomou a decisão correta" ao seguir o modelo econômico do governo anterior. "A queda do risco-país e do dólar mostram isso. Mas não podemos esquecer que foi essa política que levou à crise do segundo mandato do governo Fernando Henrique. Esse modelo não pode permanecer por muito tempo e tem que ser substituído por outro", disse.

### Reforma tributária

José Dirceu disse ainda que o governo vai realizar apenas a primeira reforma tributária, deixando a possibilidade de uma reforma mais ampla para o futuro. "Não vamos fazer a reforma tributária (ampla) nesse primeiro semestre. Vamos fazer a primeira reforma, aquela que é necessária e nós temos condições políticas de fazer no País e que é importante, no caso da questão do ICMS, para o fim da cumulatividade, do incentivo às importações e porque dá confiança aos investidores. A realização dessa primeira reforma não significa que o debate não possa ser retomado ainda no governo Lula", disse.

Do mesmo modo, o governo também promoverá a primeira re-

forma da Previdência, afirmou Dirceu. "Esta será uma reforma mais profunda, não só pelo sentido distributivo, mas também pelo sentido de segurança do sistema previdenciário nos próximos 25 anos pelo menos", disse. O ministro acrescentou que o sistema atual é injusto e não contribui para a poupança nacional.

### Reforma política e juros

O ministro acredita na aprovação das reformas ainda neste ano. "Vamos, em 2003, aprovar essas reformas. Queremos aprovar também a reforma política, que é muito importante para o País. E começar de maneira vigorosa uma reforma no poder judiciário", disse.

Em relação à política monetária, Dirceu disse que a política de elevação da taxa básica de juros foi feita com o objetivo de conter a inflação. Ressaltou, no entanto, que a medida não é suficiente para resolver os problemas do País. "Temos consciência de que isso não resolve os problemas. É preciso avançar nas reformas. O País também precisa se convencer de que precisamos cada vez mais de fundos de pensão e de mercado

de capitais", disse.

Para Dirceu, os debates sobre a autonomia do Banco Central (BC) devem se ampliados. "A sociedade tem de debater. Precisamos dar garantias de que a política do BC não é do País, é só monetária. O País precisa ter política de desenvolvimento social", disse. Sobre as divergências políticas dentro do partido do governo, o ministro argumentou: "Não é que o PT não tenha consenso. Ainda há outros setores que têm dúvidas em relação a autonomia do BC. Por isso o debate deve ser ampliado".

### Apoio da oposição

O PT tem condições de conseguir maioria para aprovação das reformas essenciais ao País, admitiu Dirceu. E elas serão aprovadas, ainda que sem o apoio da oposição, afirmou. "O governo precisa do apoio da oposição porque o País precisa, mas o governo tem como construir maioria de 308 deputados na Câmara e também no Senado", disse.

No entanto, para ele, a possibilidade de conseguir maioria não significa deixar a oposição de fora dos debates. E isso inclui atrair o PMDB para integrar o governo.



José Dirceu